



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010440-50.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **GERALDO BENEDITO RODRIGUES LUCAS**
Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que possuía contrato de prestação de serviços de telefonia com a ré, através do plano pós pago.

Alegou ainda que a partir de setembro de 2016 teve dificuldades para utilização da linha tendo em vista a informação que não havia créditos disponibilizado na linha, mesmo não utilizando.

Requer a devolução dos valores que pagou, mas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

não utilizou (R\$100,00 referente aos meses de setembro e outubro de 2016) e no curso da ação efetuou pedido para que a passe a operar na condição de pré-paga.

A ré em contestação sustentou que não perpetuou qualquer ato ilícito e que agiu nos limites do exercício regular do seu direito, sustentando que efetivamente o autor utilizou dos serviços serviços.

Como se vê através dos documentos juntados pela ré, o autor efetivamente no mês de setembro de 2016, utilizou da linha normalmente (fls. 20/28). Já com relação ao mês de outubro de 2016, embora a ré não tenha indicado a utilização da linha, o autor também por sua vez não demonstrou o efetivo adimplemento da fatura daquele mês. (fl. 60)

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz no acolhimento parcial da pretensão deduzida no que diz respeito a rescisão do plano pós-pago e a declaração da inexigibilidade débito em relação a ele.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação declarar a rescisão do plano pós-pago do autor (Tim Liberty Controle) e a inexigibilidade de todos os débitos pendentes na linha (16) 99723-6651, inclusive a respeito eventuais multas, bem como, para condenar a ré na obrigação de fazer consistente reverter a operação da linha para modalidade pré-paga.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA